



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

## FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: TODO PROFESSOR PRECISA SER FORMADO PARA INCLUSÃO

THAYANE KAROLYNE SANTOS DE JESUS

RAIZA BATISTA TORRES NASCIMENTO

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

## Resumo

No curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe, como em outras licenciaturas, a disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva é apenas uma matéria eletiva. Esse artigo traz o relato de experiência de uma das pesquisadoras desse trabalho ao cursar a referida disciplina. Através dessa matéria, foi possível avaliar e relatar a situação da acessibilidade arquitetônica nos Centros de Ciências Biológicas e da Saúde e de Ciências Exatas e Tecnologia. A partir disto, como futuras educadoras, pudemos refletir sobre o aprendido quanto ao tema, em relação as escolas estaduais em que trabalhamos durante nossa graduação. Por fim, através dos resultados, trazemos questionamentos acerca de nossas escolas estaduais, em que nem mesmo houve uma tentativa de promover a inclusão arquitetônica.

**Palavras chaves:** Acessibilidade arquitetônica; Formação docente; Escolas Estaduais.

### *Abstract*

In the course of Biological Sciences of the Universidade Federal de Sergipe, as in other courses, the discipline Foundations of Inclusive Education is only an elective subject. This article brings the experience report of one of the researchers of this subject while studied this discipline. Through this discipline, it was possible to evaluate and report on the situation of accessibility architectural at Center of Biological Sciences and Health and at Center of Sciences and Technology. From this, as future teachers, we reflect on what is learned about this issue, in relation to the schools in which we work during our graduation. Finally, through the results, we bring questions about our public schools, in which not even an attempt was made to promote the architectural accessibility.

**Keywords:** Architectural Accessibility; Teaching Formation; State Schools.

### Introdução

Dentre as novas perspectivas na formação de professores, a disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva se torna inerente à construção da profissão docente nos cursos de licenciatura. Há uma grande demanda de atitudes, posturas e estruturas nas comunidades de Ensino para receber os alunos deficientes.

Ainda hoje, algumas graduações não apresentam em sua estrutura curricular a presença de disciplinas que trabalhem de alguma maneira às questões de deficiência. Isso ocorre, mesmo com o número de deficientes tendo aumentado nos cursos de nível superior. Em especial, na Universidade Federal de Sergipe - UFS, o curso de Ciências Biológicas Licenciatura, cujas últimas reformas curriculares foram em 2010 e 2015, não apresenta essa disciplina em seu currículo. É necessário reconhecer que independente dos pedagogos serem formados através da disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva, o alunado não se restringirá ao Ensino Fundamental Menor. Os estudantes terão que concluir essa fase de aprendizado e ainda, partir em direção ao Ensino Médio. Portanto, todos os educadores, sejam Matemática, Língua Estrangeira, Ciências, entre outras matérias, precisam estar preparados para auxiliar os deficientes na

construção do conhecimento e desenvolvimento de suas habilidades.

Foi em busca dessa formação que a presente pesquisadora matriculou-se e cursou a referida disciplina, como componente eletivo de sua graduação. Através do curso desta matéria, foi possível analisar a acessibilidade arquitetônica dos Centros de Ciências Biológicas e da Saúde e de Ciências Exatas e Tecnologia (CCBS e CCET). Compreendendo os requisitos definidos pela lei 9050 (NBR, 2004) para acessibilidade no atual ambiente de formação de futuros professores de Ciências e Biologia (e outras licenciaturas), se pôde construir um conhecimento acerca das dificuldades estruturais que um deficiente pode encontrar e sensibilizar-se em relação aos futuros locais de trabalho.

É nessa perspectiva que este trabalho se apresenta com o objetivo de relatar a experiência de pesquisar sobre acessibilidade arquitetônica nos ambientes citados anteriormente, apresentando seus resultados e situando o profissional docente como um indivíduo informado e com uma visão crítica acerca das condições estruturais das escolas atuais.

#### Referencial teórico

A constituição federal visa estabelecer o bem dos cidadãos extinguindo todos os tipos de preconceitos e desigualdades e garantindo o direito à educação, ao exercício da cidadania e ao preparo para o mercado de trabalho (FÁVERO et al., 2007). A lei 9050 (NBR, 2004) define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

O que se entende por isto é que constitucionalmente à inclusão de qualquer indivíduo, independentemente de sua condição está implícita no simples ato de viver em sociedade. Desde dezembro de 1999 através da Portaria nº 1.679 ficou regulamentado o fim do impedimento ao Ensino Superior à pessoa com deficiência, para tanto é inerente às políticas das universidades assegurarem condições de acessibilidade arquitetônica, pedagógica e atitudinal.

Em 2008, o Conselho do Ensino da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) definiu que cada curso de graduação ministrado pela universidade ofertaria, necessariamente, uma vaga para candidatos portadores de necessidades educacionais especiais, comprovada através de relatório médico (art. 1º), a resolução aplicou-se ao processo seletivo seriado do ano de 2009, para ingresso dos classificados no ano de 2010.

O Censo da Educação Superior MEC/INEP (BRASIL, 2012) afirma que em 2012 foram registradas 22.455 matrículas de estudantes com deficiência no Ensino Superior, sendo deste total, 4.437 nas Instituições Federais.

Se essas matrículas de estudantes com deficiência em universidades foram registradas, há muito o que se pensar sobre a situação das escolas de onde eles vieram. O Censo Escolar MEC/INEP (BRASIL, 2012) apontou aumento de 9,1% no número de matrículas de alunos com deficiência na Educação Básica, indo de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012.

Segundo Thoma (2006) uma das principais discussões acerca da inclusão de sujeitos com deficiência em todos os níveis de ensino gira em torno da formação dos professores que trabalharam com eles e dos discursos e representações sociais sobre aqueles a serem incluídos.

O que vemos então é a necessidade de incluir o tema inclusão na formação de professores. Podemos constatar como exemplo do discurso pedagógico (THOMA, 2006) sobre os deficientes a questão de que os professores não são preparados para lidar com eles. E ainda, de maneira geral as escolas, universidades e os docentes precisam:

[...] para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com aquelas relacionadas às necessidades educacionais especiais decorrentes de problemas de aprendizagem, de deficiências mentais, físicas ou sensoriais, de altas habilidades, de síndromes, condutas típicas ou outras (THOMA, 2006, p.16).

A disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva pode ter papel fundamental na formação de professores para trabalhar com alunos deficientes. Na Universidade Federal de Sergipe, essa matéria prevê[1] o estudo sobre a História da Educação Inclusiva; políticas públicas; princípios éticos e filosóficos; experiências de inclusão; legislação; práticas e estratégias inclusivas.

Entretanto, nem todas licenciaturas apresentam esta disciplina[2] como obrigatória ou optativa em sua grade curricular, como é o caso dos cursos de Ciências Biológicas, Geografia, Matemática, História, Física entre outras. Falando objetivamente, esta matéria está intimamente ligada ao curso de Pedagogia.

Apesar disto, os alunos deficientes saíram das turmas de Ensino Fundamental Menor e seguirão rumo ao Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio e os professores formados nas licenciaturas citadas precisam estar preparados para recebe-los.

Foi com o intuito de se preparar para o trabalho com estudantes deficientes que uma das pesquisadoras deste trabalho

matriculou-se e cursou a disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva. Como atividade avaliativa desta matéria estava previsto o levantamento de problemas de acessibilidade em algum ambiente da UFS. O ambiente escolhido para elaboração de um relatório fundamentado nas normas da Lei NBR 9050 foram as instalações dos Centros de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS) e de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), ambientes que permeiam o curso de Biologia. O objetivo deste trabalho é apresentar os problemas de acessibilidade encontrados no CCBS e no CCET da Universidade Federal de Sergipe e através desses resultados tecer reflexões em relação à situação de acessibilidade arquitetônicas das escolas da Educação Básica que permearam os estágios durante nossa graduação.

#### Metodologia

Através da observação foram identificadas e documentadas em fotos as condições de acessibilidade dos Centros de Ciências Biológicas e Saúde e Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe.

Posteriormente, as adaptações feitas nos últimos anos nos departamentos situados nos Centros citados acima foram comparadas às normas estabelecidas na Lei 9050 do ano de 2004, que diz respeito à “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

A análise foi registrada através de um relatório de modo a documentar a presente situação desses ambientes e conferiu parte da avaliação da disciplina Fundamentos de educação Inclusiva.

Para o presente artigo, foram acrescentadas às considerações, uma reflexão de como esse relatório pôde abrir caminhos para o pensamento crítico da nossa formação como professoras e como a disciplina cursada é importante formação de todos os futuros professores, mesmo que não faça parte da grade curricular do seu curso.

#### Resultados e discussões

As chamadas barreiras arquitetônicas são definidas como entaves construídos no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma deficiência permanente ou incapacidade transitória (EMMEL e CASTRO, 2003).

Santos (2012) afirmou através dos resultados do seu trabalho de conclusão de curso que analisava as condições de acessibilidade na UFS que as medidas de inclusão tomadas pela instituição ainda estavam muito aquém do necessário para promover a inclusão de pessoas com deficiência no campus universitário. A universidade tem passado por constantes reformas que buscam a melhora de sua estrutura visando atender os alunos com deficiência, entretanto, alguns problemas ainda podem ser identificados quanto às barreiras arquitetônicas em vários locais da mesma.

Mesmo com as reformas de infraestrutura no espaço da UFS, ainda existem obstáculos ao acesso à mesma, além de problemas a serem corrigidos no que teoricamente já foi transformado em adaptado e acessível.

Os problemas encontrados nos ambientes observados são descritos como:

- Falta de manutenção das passarelas;
- Ausência ou erros na sinalização tátil;
- Portas com apenas identificação escrita sem descrição em Braille (para deficientes visuais);
- Deficiências nos mapas táteis;
- Impossibilidade de acesso a banheiros adaptados;
- Escadas sem corrimão e sem contraste de cor nos degraus;

É possível apresentar os resultados encontrados somados as determinações da lei em relação à espaços dentro da universidade e apontar dimensões errôneas ou ausência de acessibilidade arquitetônica. Entretanto, enquanto futuras professoras, pensar em todas essas atribuições inclusivas ao ambiente educacional é extremamente frustrante. Em absolutamente nenhuma das instituições pelas quais “passamos” durante a nossa formação, qualquer tentativa de promover acessibilidade arquitetônica foi encontrada.

Sejam essas escolas acompanhadas nos estágios supervisionados (afinal, o curso de Biologia apresenta cinco deles) ou como bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), não foi visto qualquer princípio em relação à estrutura inclusiva dos ambientes.

Cursar a disciplina Fundamentos da Educação inclusiva pode mudar a visão do educador em relação à acessibilidade arquitetônica das escolas estaduais, fazendo-o levantar questões e pensar de forma crítica sobre elas. Por que não há uma cobrança em relação a isso nesses espaços? E se há, porque não foi resolvido?

O Decreto Federal nº-5.296, de 2 de dezembro de 2004 em seu art. 24 prevê que qualquer instituição escolar de ensino, de qualquer nível, pública ou privada deve proporcionar acessibilidade arquitetônica a qualquer ambiente de seu espaço para pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Então, como justificar a ausência das condições de acesso nas escolas? Mesmo que nelas não exista qualquer deficiente que precise dessa acessibilidade para se locomover, será que nunca existirá? Será que não é a falta de estrutura que segrega nosso alunos deficientes e os priva do direito à Educação? Eles, como todos os alunos não deficientes não podem ter o direito de escolher a escola que querem estudar?

As turmas de Fundamentos da Educação Inclusiva apresentam em quase sua totalidade estudantes de Pedagogia. São alunos que ficam imersos na dinâmica de escolas municipais e que pelos seus discursos, aparentemente, essas instituições tentam ou simplesmente maquiagem tentativas de inclusão. O que faremos a respeito das escolas estaduais? O que acontecerá à alunos deficientes quando forem para o Ensino Fundamental Maior e para o Ensino Médio?

Somos conscientes que este trabalho traz mais perguntas do que respostas sobre a acessibilidade arquitetônica em nossas escolas. Mas, esse é um relato de experiência que traz a concepção de que nossas grades curriculares em licenciatura estão ainda aquém do desejado, que antes de prepararmos as universidades precisamos preparar as nossas escolas e que, se esse ideal crítico for plantado na nossa formação, mais docentes e futuros docentes podem se mobilizar em busca das igualdades sociais.

#### Considerações finais

Este artigo, através de um relatório dentro da disciplina Fundamentos de Educação Inclusiva, identificou das barreiras físicas e apresentou os possíveis problemas enfrentados por deficientes que transitam nos Centros de Ciências Biológicas e Saúde e de Ciências Exatas e Tecnologia da UFS.

Claramente há necessidade de redução das barreiras arquitetônicas para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os espaços da universidade, os problemas identificados sugerem que na presença de entraves na locomoção os deficientes são impossibilitados de realizar com conforto suas atividades e a legislação brasileira está sendo desrespeitada. É necessário então, reconhecer os direitos legítimos e legais de acessibilidade e promover mudanças que promovam a inclusão de todos.

Este trabalho foi apenas uma pequena amostra da necessidade de mudanças políticas de acessibilidade e aumento do compromisso dos dirigentes e responsáveis da UFS na promoção de ações de inclusão.

Contudo, a necessidade de existirem pisos especiais, indicações para deficientes visuais nas portas, largura correta das portas para passagem de cadeirantes, mapas táteis, banheiros adaptados não se restringe apenas às universidades. Os alunos precisam vir de escolas que apresentem essa acessibilidade arquitetônica em sua estrutura. Não só os pedagogos devem ser formados para inclusão, da mesma forma que não só as escolas municipais devem ter ações inclusivas no seu contexto.

Portanto, além da questão arquitetônica, é necessário que haja mudanças atitudinais e pedagógicas proporcionando melhor atendimento, convívio, e condições de estudo a todos estudantes, sejam eles deficiente ou não, nas escolas e nas universidades, buscando o respeito pelo próximo.

#### Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2010** – resumo técnico. Brasília, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica 2012** – resumo técnico. Brasília, 2013.

CONEPE. Resolução N° 80/2008. Disponível em: <[http://www2.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2010/files/manual/res\\_conepe802008.pdf](http://www2.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2010/files/manual/res_conepe802008.pdf)>. Acesso em: 29 Mai. 2014.

EMMEL, E.M. G; CASTRO, C.B. **Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR**. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: Uel, 2003. p.177-183.

FÁVERO, E. A; MARILLAC, P. P; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e pedagógicos**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, p 25.

SANTOS, A. C. **Acessibilidade Da pessoa com deficiência: O caso da Universidade Federal de Sergipe - Cidade Universitária Professor José Aloísio Campos**. São Cristóvão, 2012, 244p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em: <[http://bdtd.ufs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=939](http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=939)>. Acesso em: 29 Mai. 2014.

Ministério da Educação Portaria nº 1679/99. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/jsp/=6236>>. Acesso em: 29 Mai. 2014.

THOMA, A. S. A inclusão no ensino superior: “- *ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...*”. In: 29ª Reunião da ANPEd, Caxambu, 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006, 18p. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT15-2552--Int.pdf>>. Acesso em 19 de Jun. 2015.

[1] Conteúdo previsto na ementa da disciplina (período 2014.1)

[2] [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/geral/componente\\_curricular/busca\\_geral.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/geral/componente_curricular/busca_geral.jsf)

Departamento de Biologia/Laboratório de Bentos Costeiro/Bolsista PIBID, Universidade Federal de Sergipe, 49100000, São Cristóvão-SE, BRASIL [thayanesanttos@gmail.com](mailto:thayanesanttos@gmail.com);

Departamento de Biologia/Laboratório de Botânica Aplicada/Bolsista PIBIC, Universidade Federal de Sergipe, 49100000, São Cristóvão-SE, BRASIL.

Recebido em: 30/06/2015

Aprovado em: 01/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: